

# UMA DEFESA ESPANHOLA DA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA: NICOLÁS BUSTILLO – DISCURSO HISTÓRICO DELREINO DE PORTUGAL, SU DURACIÓN Y PROFECÍAS\*

JOSÉ EDUARDO FRANCO\*\*

## RESUMO

Estudo do processo histórico da Restauração Portuguesa a partir da análise e da transcrição do texto *Discurso histórico del Reino de Portugal, su duración y profecías* de Nicolás Bustillo.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, Portugal, Restauração Portuguesa

## ABSTRACT

Study of the historical process of the Portuguese Restoration from the analysis and transcription of the text *Discurso histórico del Reino de Portugal, su duración y profecías* of Nicolás Bustillo.

**KEYWORDS:** History, Portugal, Portuguese restoration

## INTRODUÇÃO

“Se há nação no mundo para a qual o mesmo mundo  
seja pátria, somos nós.”

**Padre António Vieira,**  
*Sermão de Nossa Senhora da Conceição*

“Toda a memória é memória de uma pessoa determinada, sendo tributária de experiências vividas. Por natureza, é acontecimental, seletiva, nunca separada das crenças e da identidade do indivíduo. [...] A história foi-se emancipando dos diversos tipos de memória coletiva para enfatizar a sua dimensão

---

\* Introdução de José Eduardo Franco e Porfírio Pinto. Transcrição de José Eduardo Franco. Fixação do texto por Júlia Bogado. Tradução para língua portuguesa por Júlia Bogado e Porfírio Pinto.

\*\* Doutor pela Universidade de Aveiro (Portugal); Investigador do CLEPUL – Universidade de Lisboa. E-mail: [eduardofranco.cidh@gmail.com](mailto:eduardofranco.cidh@gmail.com)

cognitiva face à memória religiosa, artística, jurídico ou política para se tornar uma crítica da memória. Afinal, falar da memória sem ter em conta a sua historicidade é não entender nada do que ela é.”

**José Augusto Mourão**

Os tempos de fundação de países, de mudança de regimes, de revolução, de crises graves ou de sucessos retumbantes suscitam sempre atenção, reflexão e produção de discursos e lugares de memórias abundantes. São momentos inspiradores de construção, desconstrução e reconstrução de identidades através dos discursos escritos, iconográficos e outros que se fixam. Geralmente, estes acontecimentos fundadores e refundadores, que o são na verdade, atraem atenção não só dos nacionais, mas também de observadores atentos e/ou interessados a nível internacional. Os discursos, neste caso, do Outro sobre o Nós também são relevantes nesta referida construção de identidades em que os jogos de espelhos que refletem imagens diversas não são menos importantes para a compreensão da complexidade que cada acontecimento histórico envolve.

A Restauração Portuguesa ocorrida há quase 400 anos atrás constitui um acontecimento de significativa magnitude no plano geopolítico do seu tempo. Entre outros aspetos, a proclamação da independência portuguesa, que acabou por ser bem sucedida, não só interrompeu o projeto político de união da Península Ibérica, que já levava sessenta anos de concretização, como fraturou os dois primeiros maiores impérios da Época Moderna estendidos à escala global, o português e o espanhol, que tiveram pretensões de controlo do Planeta através do domínio dos mares. Pretensão essa que tinha sido firmada no Tratado de Tordesilhas e firma a doutrina do *Mare clausum*.

A separação, em 1640, das duas poderosas coroas ibérica é também um ponto de chegada do enfraquecimento progressivo do Império Espanhol e da sua dinastia filipina, que, tendo elevado a Espanha à maior glória e dimensão imperial da história da humanidade, também conheceu os sintomas da sua decadência, perdendo aceleração em relação às potências emergentes, nomeadamente a Holanda, a Inglaterra e a França (cf. CURTO, 2011).

O Império Espanhol acabou por ser vítima da sua grandeza, assente numa abrangência territorial imensa e com uma diversidade colossal de povos e identidades culturais. Em particular, teve de

enfrentar, no coração da Europa, as guerras religiosas – Guerra dos Trinta Anos – que resultaram de um processo de confessionalização religiosa de aspirações autonomizante de carácter político, em que se instrumentalizou a diversificação das novas confissões resultantes da Reforma protestante, para diferenciar identidades e fidelidades políticas.

A Restauração Portuguesa acontece neste contexto de guerras internas que exauriam muitos recursos da coroa espanhola e da sua dificuldade em manter coesa uma estrutura imperial tão ampla e tão complexa.

Em Portugal, os sinais de descontentamento já se vinham fazendo sentir há alguns anos, e o período do regime de união dual, ou da dominação filipina (consoante a perspectiva de análise), tinha motivado a produção de uma profusa “literatura autonomista”, nas palavras de Hernâni Cidade. Neste campo, “(...) a épica exprime, sob o domínio filipino, a necessidade que a imaginação sente de nutrir-se de maravilhoso e a tendência à rebusca do heroico e à aceitação do milagre. Era preciso magnificar o passado, para o avivamento, por ele, do sentimento de confiança no presente e no futuro” (CIDADE, s.d.: 80).

Esta literatura, que nós chamamos fundadora da ideia de protonacionalidade, com as suas características peculiares, tinha ajudado a fortalecer um discurso identitário caracterizado por uma clara ideia, mitificada é certo, das origens do Reino e do seu papel na história da humanidade, ao mesmo tempo que ajudou a consolidar a língua portuguesa como língua moderna autónoma da espanhola (FRANCO, 2000: *passim*).

Neste período cultural, Portugal foi imaginado e propugnado como nunca, tendo por pano de fundo a ideia de história e de povo eleito patente no texto bíblico. Aqui se consolida um traço estruturante da cultura identitária portuguesa que permite confirmar aquela asserção de Manuel Clemente, na sua obra sobre *Portugal e os Portugueses*, segundo a qual Portugal seria uma espécie de povo bíblico: “Digo, por isso, que a relação que mantemos com Portugal é, fundamentalmente, bíblica. Olhamos para Portugal como uma personalidade coletiva portadora de uma alma, no sentido romântico do termo, ainda que referido a algo anterior ao Romantismo. E a relação que mantemos com esse gostoso e custoso coletivo vem na esteira de um outro povo, que se descobriu eleito e portador de uma missão universal” (CLEMENTE, 2008: 10). De facto, a Sagrada Escritura era tomada não só como contendo uma verdade religiosa lida de maneira diversa por judeus, cristãos e muçulmanos, mas

também como credora de um conhecimento histórico fundamental sobre a historiogénese e a sociogénese dos povos e das nações; e ao mesmo tempo, conteria, segundo os hermeneutas profetistas como Vieira, de forma prefigurada, um mapa de conhecimento sobre o futuro. Uma matriz bíblica alicerça toda fundamentação da identidade mitificante de uma ideia de nação portuguesa. Esta encontra no texto sagrado os principais vetores ideográficos e o respaldo legitimador realizado por uma elite intelectual hegemonicamente composta por clérigos. Neste procura de fixação de uma ideografia mítica de Portugal opera-se plenamente um novo encantamento não só da história do Portugal passado, mas também do seu horizonte de futuro.

Desse período, apesar do muito que já se tem estudado, ainda há muita documentação por explorar e anotar criticamente, para que seja um dia possível obtermos um visão de conjunto do impacto internacional da Restauração Portuguesa e explicar o seu sucesso. Em especial, o acontecimento da Restauração foi envolvido pelo atmosfera messiânica que marcava aquele contexto europeu<sup>1</sup>, e que em Portugal conheceu uma especialização portuguesa: o sebastianismo. O profetismo messiânico nacionalista é a chave de leitura de muitas obras daquele período, procurando explicar a caso português no quadro de uma leitura providencialista da história das nações cristãs à luz da matriz bíblica das gerações, tendo o reino de Israel como metáfora e referência prefiguradora.

O documento redigido em Espanha, como resultado de uma *disputatio*<sup>2</sup> entre dois figuras relevante da elite do país vizinho é testemunho interessante para a compreensão do impacto da

---

<sup>1</sup>A proliferação, em Portugal, desta literatura utópica comunga de uma tendência europeia em voga nesta época, que projeta um futuro ideal, tanto na ótica antropológica como na sociológica, devido a uma percepção da história presente marcada pela crise e pela degeneração: "Esta literatura assume uma importância particular no período que vai desde o final da época humanista até ao nascimento da economia política na segunda metade do século XVIII. É um período de desilusão e de pessimismo, que leva a sonhar Estados e sociedades ideais, como fuga às realidades políticas muito pouco ideais, e como reação ao pensamento individualista e a-social do segundo humanismo" (BRUNI, 2010).

<sup>2</sup>*Disputatio* que implicava o desenvolvimento de uma tese baseada na análise e confronto de vários pareceres, apobatórios e refutatórios. Sobre a escolástica, cf. A. Alberto B. de ANDRADE, *Escolástica*, Lisboa, s. n., 1960; Amândio Augusto COXITO, *Lógica, Semântica e Conhecimento na Escolástica Peninsular Pré-Renascentista*, Coimbra, BGU, 1981; Álvaro RIBEIRO, *Filosofia Escolástica e Dedução Cronológica*, Separata da revista *Tempo Presente*, n.º 12/13, Lisboa, 1960; José de P. Oliveira e BACELAR, *Filosofia Escolástica e Curso Conimbricense*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1960.

Restauração Portuguesa fora de portas.

O papel de Nicolás de Bustillo, *Discurso histórico del Reino de Portugal, su duración y profecías*, embora escrito por um estrangeiro, pertence então claramente a esse tipo de literatura que Luís Reis Torgal denominou de “literatura política da Restauração” (TORGAL, 1981: I, 134). Nos anos posteriores ao “Levantamento de Portugal”, houve necessidade de escrever obras que justificassem a causa da Restauração, combatendo a campanha ideológica movida por Espanha contra Portugal, e nomeadamente os escritos do cisterciense Juan Caramuel Lobkowitz<sup>3</sup>. Os textos mais significativos a favor da aclamação do Duque de Bragança são, sem dúvida, o *Assento das Cortes de Lisboa*, de 1641, e o *Manifesto do Reino de Portugal*, do mesmo ano<sup>4</sup>.

O interesse do papel de Bustillo, até agora inédito, prende-se com o facto de ele ser espanhol e defender a causa portuguesa, ainda para mais perante o Conde de Chinchon, Don Luis Jerónimo Fernández de Cabrera y Bobadilla, conselheiro de Estado de D. Filipe IV. Argumentando que defendia a justiça de Portugal porque não podia “cativar o entendimento”, ele dispõe os fundamentos que sustentam a sua opinião, sem os comentar (“sem explicar o meu sentir”), mas onde se nota perfeitamente a sua dependência de autores portugueses. Tendo sido incumbido de fazer uma “relação das notícias [...] das coroas do Reino de Portugal

---

<sup>3</sup> Este prolífero religioso espanhol foi quem mais defendeu a legitimidade de Filipe II e seus sucessores à coroa portuguesa, sendo também o mais visado pelos autores portugueses do período da Restauração. Muitos anos mais tarde, no seu *Livro antepimeiro da História do Futuro*, Vieira ainda alude a ele (OC, III, I, p. 130s). O seu primeiro livro, anterior ainda ao Levantamento de 1640, é o *Philippus Prudens Caroli V. Imp. Filius Lusitaniae, Algarbiae, Indiae, Brasiliae legitimus Rex demonstratus, Antuerpiae, Ex officina Plantiniana Balthasar Moreti, 1639*. Já depois dos eventos, e face às críticas que levantou em Portugal, escreveria a *Respuesta al Manifiesto del Reyno de Portugal*, Anberes, Oficina Plantiniana de Balthasar Moreto, 1642.

<sup>4</sup> O *Manifesto do Reino de Portugal* foi traduzido em várias línguas e amplamente divulgado por toda a Europa. O seu autor, António Pais Viegas, escreveria no mesmo ano ainda um outro livro, em espanhol, atacando mais profundamente os argumentos de Caramuel: *Principios del Reyno de Portugal: con la vida y hechos de Don Alfonso Henriquez su primero Rey y con los principios de los otros Estados christianos de Hespaña*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1641. Seria depois seguido por outros autores, nomeadamente: António de Sousa de MACEDO, *Juan Caramuel Lobkowitz, Religioso de la orden de Cister Abbad de Melrosa, etc., convencido en su libro intitulado Philippus prudens Caroli V. Imper. filius, Lusitaniae, etc., legitimus Rex demonstratus, impresso en el ano de 1639, y en su Respuesta al manifiesto del Reyno de Portugal, impresso en este ano de 1642*, Londres, Ric. Herne, 1642; Manuel Fernandes de VILA REAL, *Anticaramuel o Defença del Manifiesto del Reyno de Portugal*, Paris, Oficina de Miguel Blageart, 1643.

[...] e de algumas profecias que haja”, Bustillo refere que o seu papel diz “com brevidade o que pôde averiguar”. E nisso se justifica o título do mesmo: é um “discurso histórico”, uma narrativa histórica de cronista, mais do que uma reflexão de um teórico.

Em relação ao Autor, não sabemos grande coisa, a não ser os indícios internos do próprio texto. Conhecemos o seu nome, Nicolás de Bustillo, e a sua ligação aos Jesuítas. Em 1625 era estudante em Artes, provavelmente no Colégio de San Teodomiro em Carmona (Sevilha), sendo seu mestre o jesuíta Martín de Escalante, que foi reitor desse mesmo colégio entre 1640 e 1644 (PIZARRO ALCALDE, 2008: 2628). Depois, podemos pensar tratar-se de alguém importante, uma vez que debate com o Vice-Rei de Lima cessante, e novo conselheiro do rei D. Filipe IV.

Depois, este Autor tampouco revela as suas fontes. Os textos que cita, no entanto, estão praticamente todos na primeira parte da *Restauração de Portugal prodigiosa*, de Gregório de Almeida (provável pseudónimo do jesuíta João de Vasconcelos). As primeira e segunda partes deste livro seriam publicadas em 1643, tendo a terceira parte conhecido o prelo no ano seguinte. Mas é possível que a primeira parte já existisse como manuscrito, em 1642, e que Bustillo tivesse tido conhecimento dela; ou, então, podemos pressupor que ambos dependeriam de uma terceira fonte, mas qual?

A análise do texto revela-nos aspetos muito interessantes da argumentação do autor espanhol, favorável a Portugal, e que refletem os debates que então ocorreram na Península Ibérica a propósito do levantamento do reino lusitano.

Logo que se soube da revolta portuguesa, o cronista-mor de Castela, José Pellicer de Ossau Salas y Tovar, nos seus *Avisos históricos*<sup>5</sup>, acusa os revoltosos de usurpação e tirania, uma vez que o Reino de Portugal fora dado em “dote” a D. Teresa e D. Henrique (ESTEFÂNIO, 2011: 40). Essa era a tese de base do *Philippus Prudens* de Caramuel: Portugal foi uma herança dos reis de Leão e Castela, de que se apoderou D. Afonso Henriques por rebeldia, bem como D. João I, por usurpação; em 1580, Filipe II apenas recuperou o que lhe era devido! Esse argumento do dote, no entanto, seria posteriormente criticado por Francisco Velasco de Gouveia, um dos pensadores políticos mais importantes do período da Restauração

---

<sup>5</sup>Título completo: *Avisos históricos que comprenden las noticias y sucesos más particulares ocurridos en nuestra monarquía* (publicados entre 1639 e 1644), uma espécie de serviço noticioso pioneiro em Espanha. Existe uma recompilação antológica, feita por E. Tierno Galván (Madrid, Taurus, 1965).

(CALAFATE, 2012: 49). Refletindo com base no *Assento* das Cortes de 1641 e no *Manifesto do Reino de Portugal*, os pensadores políticos portugueses punham em destaque a origem popular do poder real, e, nesta perspetiva, a importância da aclamação de D. Afonso Henriques pelos seus soldados; aclamação essa confirmada posteriormente em Cortes.

O nosso Autor faz eco destas disputas, defendendo uma posição intermédia, e que não coincide de todo com os argumentos portugueses! Se é verdade que D. Henrique e D. Teresa receberam o Condado Portucalense como dote de casamento – por pura liberalidade de D. Afonso VI de Castela, o *Liberal* (ou o “mão furada”) –, ele sublinha, porém, que D. Afonso Henriques, “valoroso soldado”, “aumentou e estendeu o seu Estado, recuperando-o aos Mouros”. E foi depois da vitória de Ourique, precisamente, que ele “ganhou a investidura de Rei de Portugal, que lhe foi dada por Alexandre III e Inocência II, Sumos Pontífices”. Ou seja, Bustillo passa por alto o tema da aclamação de D. Afonso Henriques pelos seus soldados, um aspeto permanentemente destacado pela tradição portuguesa, já desde a antiga *Crónica geral de Espanha* (1344), passando depois pela *Crónica de 1419*, atribuída hoje a Fernão Lopes, e pela *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (ver CALAFATE, 2012:18). A *Restauração de Portugal prodigiosa*, que lhe é paralela, menciona não só o reconhecimento pontifício de Inocência II, como ainda a aclamação dos seus e, até, o reconhecimento do seu primo, o imperador de Leão e Castela (ALMEIDA, 1643: 15). No modo de apresentar os factos, portanto, Bustillo mostra ter uma conceção teocrática da origem do poder, no presente caso, através da investidura por mediação papal (cf. CALAFATE, 2012: 17).

E antes de passar à explicação das profecias associadas aos eventos de Ourique, ele refere ainda de passagem o juízo que “a maior parte dos nossos Castelhanos” têm deles (dos sucessos e profecias relativas a D. Afonso Henriques), considerando-os “apócrifos”. Mais uma vez, alude-se à argumentação de Juan Caramuel. No prólogo do seu *Philippus Prudens*, ele diz recorrer apenas a “documentos históricos indubitáveis”<sup>6</sup>, deixando de lado as Escrituras e outros documentos pouco fiáveis (cf. BESSELAAR, 1974: 61). Bustillo evita imiscuir-se nessa problemática e, aderindo

---

<sup>6</sup>Ele diz argumentar com base em “*monumentis fidelissimus*” (documentos de grande confiança) e “*instrumentis indubitatae auctoritatis*” (documentos de autoridade indubitável) (ver citações em COLES, 2014: 29).

aos argumentos dos autores portugueses, diz procurar “apenas provar se ambas [as profecias] se cumpriram”. Ele não duvida de que isso tenha ocorrido: em relação às profecias de Cristo, bastaria olhar para os símbolos do Escudo das Armas de Portugal – as quinas e os castelos –, pois são o exemplo da realização prática das palavras do Salvador, bem como o enorme esforço evangelizador que teve lugar durante os reinados de D. João II e D. Manuel, e que foi o objeto da promessa de Cristo; e das profecias do ermitão de Ourique, pois D. Afonso ganhou efetivamente a batalha por milagre, dada a desigualdade dos exércitos, e a geração objeto do olhar divino foi, sem dúvida, a da Casa de Bragança (ver *infra*).

Voltando um pouco atrás e recapitulando, é evidente e expressivo o paralelo entre o *Discurso histórico* e a *Restauração de Portugal prodigiosa*:

- ambos põem em grande evidência os sucessos e profecias de Ourique, e a sua relação com os vaticínios de São Bernardo, expressos em duas cartas que este enviou ao primeiro rei de Portugal;
- em relação aos eventos da Restauração, ambos evocam as profecias de um monge de Monserrate, as Trovas do Bandarra e uns versos encontrados na cidade de Meliapor;
- enfim, quanto ao específico de cada um, Bustillo refere uma outra profecia inédita de S. Francisco Xavier, desconhecida de Almeida; enquanto Almeida dispõe de muitos outros casos, mais específicos a um público português e que o autor espanhol evidentemente não retoma.

Relativamente às profecias de Ourique, Bustillo e Almeida invertem a ordem das aparições, certamente para porem em destaque os vaticínios do ermitão de Ourique relativos à 16.<sup>a</sup> geração. Na narrativa tradicional, bem como no *Juramento de D. Afonso Henriques* que a sustenta, o encontro com o ermitão precede a visão de Cristo na cruz, sendo que na narrativa do *Discurso histórico* ocorre precisamente ao contrário<sup>7</sup>. E deste modo, a profecia do ermitão é seguida de imediato dos vários modos de contar as gerações dos reis portugueses: no *Discurso histórico*, dois modos, quatro contagens; e na *Restauração de Portugal prodigiosa*, três modos, cinco contagens. O objetivo é buscar a melhor linha

---

<sup>7</sup> Na *Restauração de Portugal prodigiosa* e, depois, no *Livro antepimeiro da História do Futuro*, do padre António Vieira, a inversão não é sustentada por uma narrativa, mas simplesmente retórica, para realçar o tema da décima sexta geração.



sucessória, que, para os dois autores, seria a de D. Catarina de Bragança, por ser a linha varonil, um argumento já apresentado também no *Assento* das Cortes de 1641 (que remetem, a este respeito, para as antigas e mui citadas Cortes de Lamego). Sendo assim, o usurpador teria sido o rei D. Filipe II, o *Prudente*, e não o rei D. João IV, como queria Caramuel.

Por outro lado, a mesma preocupação com a crise dinástica estaria por detrás de alguma correspondência entre D. Afonso Henriques e São Bernardo, abade de Claraval. Bustillo e Almeida retêm por isso duas cartas onde o abade cisterciense procura apaziguar o fundador da monarquia portuguesa. Na primeira, evocará um castigo divino, que não ultrapassaria os sessenta anos e se encontraria refletido no que se passou durante o período filipino<sup>8</sup>. A segunda, relacionaria esse castigo com a divisão das rendas do mosteiro de Alcobaça<sup>9</sup>. Essa divisão das rendas ocorreria, efetivamente, em 1559, por ação do cardeal D. Henrique, primeiro abade-geral de Alcobaça – e que seria também o último rei de Portugal, antes de dito castigo –, sendo que a resolução de dito problema apenas aconteceria com D. João IV, em 1641 (ano da morte do infante D. Fernando de Áustria, último abade-geral).

As profecias relativas à Restauração, menos numerosas em Bustillo, parecem responder a um propósito bem preciso: primeiro, apresentar apenas profecias conhecidas dos espanhóis e, depois, outras provenientes de meios jesuítas. Relativamente às primeiras, ele refere umas coplas de um monge anónimo de Monserrate<sup>10</sup>, que profetiza o levantamento de um “Infante” em 1640, e as trovas de Gonçalo Anes de Bandarra – referido como profeta pelo autor castelhano Juan de Horozco<sup>11</sup> –, que falou claramente dos eventos

---

<sup>8</sup>O autor da *Restauração de Portugal prodigiosa*, como mais tarde o padre António Vieira comparará a situação portuguesa com a do exílio dos judeus na Babilónia, o que permitia falar dos dois povos como “povos eleitos”!

<sup>9</sup>O padre António Vieira também refere esta carta (OC, III, I: 120), mas não chega a comentá-la. Efetivamente, ele atribui o castigo divino a outras coisas, e nomeadamente a política escravagista dos últimos deis de Portugal. Veja-se o “Sermão XVII” do Rosário (OC, II, IX: 366), mas ele já defendia essa ideia nos anos 1655 e 1657, no “sermão da primeira domingo da Quaresma” (OC, II, II: 272) e em carta a D. Afonso VI (OC, I, II: 226s), respetivamente.

<sup>10</sup>Estas coplas proveem certamente do manuscrito *Porfecias de hum Religiozo da Ordem de S. Bento estando p.<sup>a</sup> morrer feitas del Rei dõ Fernando estando sobre Granada* (entre 1622-1640), que se encontra na Torre do Tombo (Manuscritos da Livraria) (LIMA, 2010: 310).

<sup>11</sup>No caso, o autor castelhano referia Bandarra como profeta por ter anunciado a união ibérica.

do Levantamento português. Quanto às segundas, ele refere textos sebastianistas que circulavam entre os jesuítas, nomeadamente uns versos encontrados na cidade de Meliapor, na Índia, e uns outros atribuídos a S. Francisco Xavier.

Os textos referidos, com exceção do último de S. Francisco Xavier, são os que aparecem também na *Restauração de Portugal prodigiosa*. Os versos sebastianistas de Meliapor foram “censurados” – em Bustillo e em Almeida –, uma vez que os versos 6 e 8 da versão integral não se acomodariam a D. João IV (cf. BANDARRA, 1810: 37-39). Quanto ao texto de S. Francisco Xavier, que aparece apenas no texto de Bustillo, é extremamente difícil de localizar<sup>12</sup>.

O intuito do *Discurso histórico* é convencer o Conde de Chinchón das razões da Restauração Portuguesa e da legitimidade do rei D. João IV. E o mesmo objetivo encontramos no capítulo oitavo do *Livro antepreimeiro da História do Futuro*, do padre António Vieira, dirigido aos espanhóis e, sobretudo, aos conselheiros de D. Filipe IV (função que também exercera o Conde de Chinchón, entretanto falecido).

Na sua argumentação, Vieira também usa muito do material que encontramos na *Restauração de Portugal prodigiosa* e, por isso, parece-nos de interesse compará-la com a do *Discurso histórico*.

Embora a determinado ponto aluda a Juan Caramuel (OC, III, I: 130), o seu alvo, agora, porém, era D. Juan de Palafox y Mendonza, que também se atacara à legitimidade de D. João IV<sup>13</sup>. Por isso toda a sua argumentação anda à volta de profecias portuguesas: as do Bandarra, que profetizara cem anos antes; as de Frei Gil de Santarém<sup>14</sup>, que profetizara trezentos anos antes; e as de São Bernardo e do ermitão de Ourique, que profetizaram quinhentos anos antes (*Ibid.*: 124). Todavia, ele privilegia o primeiro e o último. Efetivamente, Vieira chega a afirmar na *Apologia*: “Podemos dizer que o Bandarra foi o repetidor do ermitão do Campo de Ourique, e

---

<sup>12</sup> Existe uma edição recente em G. SCHURHAMMER, *Gesammelte Studien*, 3. *Xaveriana*, Roma, Bibliotheca Institutii Historici S.I. (n. 22), 1964.

<sup>13</sup> Na obra *Historia real sagrada, luz de principes, y subditos*, Ciudad de los Angeles, Francisco Robledo, 1643.

<sup>14</sup> Na argumentação de Vieira, Frei Gil parece substituir as profecias do ermitão de Monserrate, que ele conhece, mas a que não dá tanta importância quanto Bustillo e Almeida. Noutros lugares, Vieira cita o ermitão de Monserrate (cf. OC, I, V: 80; III, II: 227; e III, IV: 98), mas numa copla que nem sequer é citada por Bustillo e Almeida, e que se refere à ressurreição do “gran león”, isto é, de D. João IV (facto que ainda não interessaria, evidentemente, a Bustillo e Almeida).

que as suas profecias foram a 2.<sup>a</sup> parte daquelas” (OC, III, III: 59).

À semelhança de Bustillo e Almeida, Vieira também evoca o testemunho de Juan de Horozco y Covarruvias para apresentar Bandarra como verdadeiro profeta (OC, III, I: 125s). E uma vez isso assente, as profecias do ermitão de Ourique e de Bandarra abrem caminho à legitimação de D. João IV:

Neste último rei [Dom Henrique] se atenuou a descendência, porque, ainda que não quebrou de todo, ficou por um fio, e fio tão delgado e atenuado, como era a única Casa de Bragança, descendente do infante Dom Duarte, irmão menor de Dom Henrique; mas neste fio único e tão delgado se veio a verificar que, depois da descendência del-Rei Dom Afonso Henriques atenuada no décimo sexto rei, tornaria Deus a pôr os seus olhos nela, porque nela se restituiu a coroa que Cristo então lhe dava, sendo restituída (como foi) ao duque Dom João o Segundo de Bragança, rei Dom João o Quarto de Portugal, e décimo sétimo dos reis portugueses, descendente do primeiro Afonso. (*Ibid.*: 119).

Curiosamente, as profecias que se prestavam também a interesses sebastianistas (as provenientes de Meliapor e as atribuídas a S. Francisco Xavier) estão completamente ausentes da obra de Vieira!

Ao terminar este texto introdutório ao *Discurso histórico do Reino de Portugal*, importa chamar ainda atenção para uma informação colocada no preâmbulo ao documento propriamente dito e que nos parece relevante: o presente papel, em defesa da razão portuguesa, ficaria “oculto até às Pazes que se fizeram com Portugal”, ou seja, não seria dado a conhecer aos amigos senão em 1668, depois dos acordos de paz com Portugal. Isso mostra a irredutabilidade de Madrid em reconhecer pacificamente a autonomia política de Portugal. Essa resistência prolongou-se por muitos anos, fazendo com que, do lado português, se acentuasse uma apologia mitificante do monarca (o joanismo) e se imputasse a responsabilidade do mau estado da nação à governação castelhana (MARQUES, 1983: 610). Foi por isso que o tema da tirania se impôs, então, como um dos eixos do discurso sobre a legitimidade da aclamação de D. João IV, desenvolvendo “a questão da origem e finalidade do poder, os pressupostos teóricos da guerra justa e o conceito cristão da razão de Estado” (*Ibid.*).

Neste contexto, a lenda de Ourique foi posta ao serviço dos direitos sucessórios de D. Catarina de Bragança, neta de D. Manuel – do mesmo modo que Filipe II –, e unida às míticas Cortes de

Lamego, que visavam desacreditar as reivindicações de Filipe II: não tendo direito à coroa portuguesa, pois sua mãe (filha de D. Manuel) casara com um rei estrangeiro, foi por força das armas e pelo medo que ele se teria apoderado do reino de Portugal.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

ALMEIDA, Gregório de. *Restauração de Portugal prodigiosa*, Lisboa, António Álvarez, 1643.

*Bandarra descoberto nas suas Trovas*, Collecçam de Profecias mais notaveis, respeito a felicidade de Portugal, e Cahida dos maiores Imperios do mundo, Londres, W. Lewis, 1810.

BESSELAAR, José van den, “Erudição, espírito crítico e acribia na História do Futuro do Padre António Vieira”, in *Alfa – Revista de Linguística*, 20/21 (1974-1975), pp. 45-79.

BRUNI, Luigino, *A ferida do Outro: Economia e relações humanas*, Abrigada, Cidade Nova, 2010.

CALAFATE, Pedro, *Da origem popular do poder ao direito de resistência. Doutrinas políticas no século xvii em Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos, 2012.

CARVALHO, Carlos, *As Trovas de Bandarra na Restauração de Portugal prodigiosa (1643/1644)*, Porto, Eds. Ecopy/Quinto Império, 2011.

CIDADE, Hernâni, *A literatura autonomista no tempo dos Filipes*, Lisboa, Sá da Costa, s.d.

CLEMENTE, Manuel, *Portugal e os Portugueses*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008.

COLES, João Miguel de Barcelos e, *A Dinastia de Borgonha no Philippus Prudens de Juan Caramuel Lobkowitz: introdução, tradução e notas*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014.

CURTO, Diogo Ramada, *Cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*, Lisboa, Eds. 70, 2011.

ESTEFÂNIO, Abel, “O 'pacto sucessório' revisitado: o texto e o contexto”, in *Medievalista* [em linha], 10 (julho de 2011), 1-60 [Consultado 21.07.2017]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10\estefanio1002.html>. ISSN 1646-740X.

FRANCO, José Eduardo, *O mito de Portugal: A primeira História de Portugal e a sua função política*, Lisboa, Roma Editora/Fundação Maria Manuel e Vasco de Albuquerque d'Orey, 2000.

LIMA, Luís Filipe Silvério, *O Império dos sonhos: Narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*, São Paulo, Alameda, 2010.

MARQUES, João Francisco, *A parenética portuguesa e a Restauração (1640-1668): A revolta e a mentalidade*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Porto, FLUP, 1983.

PIZARRO ALCALDE, Felipe, “El Colegio de San Teodomiro de la Compañía de Jesús en Carmona (1619-1767)”, in *Carel: Carmona*, VI/6 (2008), pp. 2583-2672.

TORGAL, Luís Reis, *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, vol. I, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

VIEIRA, Padre António, *Obra completa* [OC], t. III, v. I (*História do Futuro e Voz de Deus ao mundo, a Portugal e à Baía*), coord. e introd. de Pedro Calafate, Lisboa, Circulo de Leitores, 2014.

VIEIRA, Padre António. *Obra completa* [OC], t. III, v. III (*Apologia*), coord. e introd. de Adma Muhana, Lisboa, Circulo de Leitores, 2014.

## DOCUMENTO

### VERSÃO ORIGINAL EM ESPANHOL

DISCURSO HISTÓRICO DEL REINO DE PORTUGAL, SU DURACIÓN Y PROFECÍAS, escrito en Sevilla, en octubre de 1642, por Nicolás Bustillo para el conde de Chinchón, Virrey de Lima.<sup>15</sup>

[F.º 1]

DISCURSO HISTÓRICO DEL REINO DE PORTUGAL, SU DURACIÓN, Y PROFECÍAS

En el año de 1642 habiendo llegado a esta Ciudad de Sevilla el Excmo. Sr. Conde de Chinchón de su Virreinato de Lima, disputamos la materia del Levantamiento de Portugal; Su Exc.<sup>a</sup> defendía la Justicia de Ntro. Rey de Castilla; yo, no pudiendo cautivar el entendimiento, privilegio solo de la Fe<sup>16</sup>, defendía la de Portugal. Resultó de esta conferencia mandarme le hiciese relación de las noticias que yo tenía, y de los fundamentos que me obligaban a —no siendo portugués— ser tan [f.º 1v] tenaz en mi opinión; y obedeciendo a Su Exc.<sup>a</sup>, hice el papel siguiente, que ha estado oculto hasta las Paces que se hicieron con Portugal, con cuya ocasión lo he comunicado a los amigos, y ha corrido con aprobación.

Señor

Mándame V. Exc.<sup>a</sup> le haga relación de las noticias que tengo de las coronas del Reino de Portugal, así<sup>17</sup> de su origen, como del estado que hoy tienen, y si hay algunas Profecías que traten de su conservación y argumento, o de su destrucción y ruina: y siendo V. Exc.<sup>a</sup> tan capaz y entendido, y de mayores noticias que yo puedo alcanzar, con todo, por lograr el mérito de la obediencia, diré en brevedad, lo que he podido averiguar, sin explicar mi sentir, cumpliendo solo con la [f.º 2] obligación del Cronista<sup>18</sup>.

El Rey Don Alfonso el Sexto de Castilla, el Liberal, y por serlo, el de la mano horadada<sup>19</sup> —no por habérsela mandado horadar Almeón,

---

<sup>15</sup> Este texto foi transcrito por José Eduardo Franco do original manuscrito patente em língua espanhola na BRITISH LIBRARY OF LONDON: Ms. Add. 20: 938. A fixação e revisão do espanhol foi realizada por Júlia Bogado.

<sup>16</sup> En el ms.: Fie.

<sup>17</sup> En el sentido poco usual de "tanto".

<sup>18</sup> En el ms., forma antigua: Coronista.

<sup>19</sup> En el ms.: joradada.

Rey de Toledo, como sueñan algunos—, dio en Dote y Casamiento la parte de Portugal, que caía entre Tajo y Miño, a D. Enrique de Lorena, hijo de Hugo Capeto, Rey de Francia, con Doña Teresa su hija bastarda, con título de Conde y reconocimiento de vasallaje consigo mismo y con los Señores Reyes de Castilla, sus sucesores. Nació de este matrimonio Don Alfonso Enríquez tan valeroso soldado, que aumentó y ensanchó su estado, recuperándolo de los Moros con tan continuadas batallas y victorias que, enojado el Rey Esmar<sup>20</sup>—que entonces lo era de Portugal— con la pérdida [f.º 2v] de sus tierras, convocó y llamó consigo los reyes moros que en aquel tiempo había en España, como los Amigos de África, seiscientos mil Moros para acometer a Don Alfonso Enríquez y, de una vez, acabar con él, y tomar venganza de los agravios que de él había recibido.

Sabida<sup>21</sup> de esta Liga, Don Alfonso juntó, de las tierras de Coímbra, diez mil Infantes y mil Caballos, que era todo su ejército, pero Soldados muy expertos y ejercitados en la guerra, y que jamás se les caían las armas de las manos. Se resolvió a salir a buscar a su enemigo; antes que a aguardarle, marchó hacia Alentejo, talando y abrasando los campos y tierras por donde pasaba, y en breves días dio vista<sup>22</sup> al enemigo, que apenas cabía en los espaciosos campos de Ourique [f.º 3].

Muy admirado se quedó de verlo, considerando sus pocas fuerzas, para la oposición a tanta Morisma. En la penúltima noche antes de la Batalla, habiendo oído los pareceres de los más de sus Soldados, que todos tenían por temeridad dar la batalla, confuso, acudió a Dios el buen Don Alfonso, y pidió a su Divina Majestad su favor y ayuda; y en el mayor fervor y ansia de su oración, le apareció Ntro. Sr. Jesús Cristo Crucificado, y le habló y le dijo lo siguiente:

LATIN: “Ego enim edificator, et dissipator<sup>23</sup> imperiorum, et Regnorum Sum, volo enim in te, et in semine tuo Imperium mihi stabilire, ut diferatur<sup>24</sup>

ROMANCE: “Yo soy el Fundador y Disipador<sup>25</sup> de los Imperios y Reinos. Quiero en ti, y en tus descendientes, fundar y establecer para mi un Imperio, para que por medio de él [f.º 3v]

---

<sup>20</sup> En el ms.: Ismaxis.

<sup>21</sup> Tomando conocimiento.

<sup>22</sup> Avistó.

<sup>23</sup> En el ms.: *dissipator*.

<sup>24</sup> En el ms.: *defferatur*.

<sup>25</sup> En el ms.: Assolador.

nomen meum in externas gentes, et ut agnoscant Successores tui Datorem Regni, Insigne tuum, ex praetio, quo Ego humanum genus emi, et quo à Iudaeis emptus<sup>26</sup>, compones, et erit mihi Regnum, Sanctificatum, fide purum, et pietate dilectum."

sea mi nombre publicado y dado a conocer a las Naciones extrañas. Y para que tus descendientes me conozcan por Autor del Reino, compondrás el Escudo de tus Armas con el precio con que yo redimí el linaje humano, y de aquel con que fui comprado por los Judíos; y para mí será Reino Santificado, puro en la Fe y amado por su piedad."

Con este favor tan singular y grande, Don Alfonso volvió a los suyos, que aún estaban [f.º 4] divididos en varios pareceres. Se recogió a su tienda y, dando gracias a Dios por las mercedes que le hacía, rendido y cansado, se durmió. Y en este tiempo, Juan Fernández de Sousa, su Camarero, le recordó<sup>27</sup>, avisándole de que un hombre de venerable aspecto le quería ver, y que importaba mucho el hablarle —hay quien diga, que este hombre se llamaba Leovigildo Pérez de Almeida, que se había retirado en aquellos campos para hacer vida ermitica, penitente—, y entrando le hizo el razonamiento siguiente:

LATIN: "Domine, bono animo esto, vices, vices, et non vinceris. Dilectus es Domino, posuit enim super te  
ROMANCE: "Señor, ten buen ánimo, Vencerás. Vencerás, y no serás vencido. Eres amado del Señor porque puso sobre ti, [f.º 4v]

et super semen tuum post te oculos misericordiae suae, usque in decimam sextam generationem, in qua attenuabitur proles. Sed in ipsa attenuata<sup>28</sup> ipse respiciet, et videbit."

sobre tu generación, los ojos de su misericordia, hasta la décima sexta generación en la cual se disminuirá, más en ella, atenuada, volverá a poner los ojos, y la vera."

---

<sup>26</sup> El texto latino parece tener lagunas, en relación al romance: "*et ex eo, quo ego a Iudaeis emptu Sum*" ("y de aquel con que fui comprado por los Judíos").

<sup>27</sup> En el sentido poco usual de "le despertó".

<sup>28</sup> En el ms.: *atenúata*.



Dio la Batalla Don Alfonso, venció a los Moros<sup>29</sup>, alcanzando de ellos milagrosa victoria, dejándolos destruidos y muertos en los campos de Ourique, y sujetó y allanó<sup>30</sup> todo el Reino de Portugal, o la mayor parte de él. Con esta insigne victoria ganó la investidura de Rey de Portugal, que se la dieron Alejandro III e Inocencio II<sup>31</sup>, Sumos Pontífices.

Estos dos sucesos, y las profecías que [f.º 5] a ellos se refieren, tienen por apócrifas casi la mayor parte de nuestros Castellanos, sin más fundamentos, ni razón, por decirlo. Yo no me cansaré en defenderlas, ni en impugnarlas, solo procuraré probar si se han cumplido ambas. Lo cierto es que andan impresas hace más de 150 años, y en manuscritos, desde el tiempo que sucedieron.

En cuanto a la primera, hemos visto que el Escudo de las Armas de Portugal, siendo en tiempo del Conde Don Enrique sola una cruz, se compone hoy de las cinco llagas de Ntro. Redentor Jesucristo, y en cada una están estampados cinco dineros, que, con las cinco llagas, hacen los treinta dineros con que su Divina Majestad fue comprado por los Judíos. El cual se orló, después, con siete Castillos, que son los siete [f.º 5v] sacramentos de la Sta. Iglesia Ntra. Madre. Y también hemos visto que el "diferatur nomen meum in externas gentes" se cumplió en tiempo de los Reyes Don Juan el II y Don Manuel, pues en la India Oriental, lo más apartado e incognito de España, predicaron y publicaron los Portugueses el Sacrosanto Evangelio de Ntro. Señor Jesucristo, donde hoy está plantada su Santa Fe por ellos.

En cuanto a la segunda, nadie ha dudado que venció la Batalla con particular milagro de Ntro. Señor por la desigualdad de los Ejércitos, pues para cada Portugués había más de cincuenta Moros; y es de creer que soldado tan grande no se empeñara en resolución tan temeraria, sino fuera fiado en los dos favores [f.º 6] que Ntro. Señor le hizo. Y en cuanto a la segunda parte, que mira a la Décima Sexta generación "in qua attenuabitur proles", y la décima sexto generación "sed in ipsa attenuata ipse respiceit, et videbit". Sí yo ajustase esto con evidencia contando las generaciones habré cumplido con mi obligación

Modo primero de contar las generaciones: "In qua attenuabitur proles"

---

<sup>29</sup> En el ms.: Aloros.

<sup>30</sup> En el sentido poco usual de "pacificó".

<sup>31</sup> En el ms.: III.

1. El Rey Don Alfonso Enríquez.
2. El Rey Don Sancho, el Primero.
3. El Rey Don Alfonso, el Segundo.
4. El Rey Don Sancho, el Segundo, con su hermano el Rey Don Alfonso, el Tercero, hacen una generación.
5. El Rey Don Dionisio.
6. El Rey Don Alfonso, el Cuarto [f.º 6v].
7. El Rey Don Pedro.
8. El Rey Don Fernando con su hermano el Rey Don Juan, el Primero, que fue Maestre de Avis, hace una generación.
9. El Rey Don Duarte.
10. El Rey Don Alfonso, el Quinto.
11. El Rey Don Juan, el Segundo.
12. El Rey Don Manuel.
13. El Rey Don Juan, el Tercero.
14. El Príncipe Don Juan.
15. El Rey Don Sebastián.
16. El Cardenal-Rey Don Enrique.  
"Proles attenuata".

Modo primero de contar las Generaciones: "Sed in ipsa attenuata ipse respiciet, et videbit" [f.º 7]

1. El Rey Don Alfonso Enríquez.
2. El Rey Don Sancho, el Primero.
3. El Rey don Alfonso, el Segundo.
4. El Rey Don Sancho, el Segundo, con su hermano el Rey Don Alfonso, el Tercero, hacen una generación.
5. El Rey Don Dionisio.
6. El Rey Don Alfonso, el Cuarto.
7. El Rey Don Pedro.
8. El Rey Don Fernando, con su hermano el Rey Don Juan, el Primero, hacen una generación.
9. El Rey Don Duarte.
10. El Rey Don Alfonso, el Quinto.
11. El Rey Don Juan, el Segundo.
12. El Rey Don Manuel.
13. El Infante Don Duarte.
14. La Infanta Doña Catalina. [f.º 7v]
15. El Duque Don Teodosio.
16. El Duque Don Juan.  
Coronado Rey de Portugal. En el año 1640.

Segundo modo de contar las generaciones: "In qua attenuabitur proles"

1. El Rey Don Alfonso Enríquez.
2. El Rey Don Sancho, el Primero.
3. El Rey Don Alfonso, el Segundo
4. El Rey Don Sancho, el Segundo, con su hermano el Rey Don Alfonso, el Tercero, hacen una generación.
5. El rey Don Dionisio.
6. El Rey Don Alfonso, el Cuarto. [f.º 8].
7. El Rey Don Pedro.
8. El Rey Don Fernando con su hermano el Rey Don Juan, el Primero, hacen una generación.
9. El Rey Don Duarte.
10. El Rey Don Alfonso, el Quinto.
11. El Infante Don Fernando, Condestable de Portugal y Duque de Viseo.
12. El Rey Don Manuel.
13. El Rey Don Juan, el Tercero.
14. El Príncipe Don Juan.
15. El Rey Don Sebastián.
16. El Cardenal-Rey Don Enrique.  
"Proles attenuata"

Segundo modo de contar las generaciones: "Sed in ipsa attenuata, ipse respiciet [f.º 8v] et videbit'.

1. El Rey Don Alfonso Enríquez.
2. El Rey Don Sancho, el Primero.
3. El Rey Don Alfonso, el Segundo.
4. El Rey Don Sancho, el Segundo, y el Rey Don Alfonso, el Tercero, su Hermano, hacen una generación.
5. El Rey Don Dionisio.
6. El Rey Don Alfonso, el Cuarto.
7. El Rey Don Pedro.
8. El Rey Don Juan, el Primero, que fue Maestre de Avis.
9. Don Alfonso, Conde de Barcelos, primer Duque de Bragança, que casó con Doña Beatriz Pereira, hija del gran Nuno Álvarez Pereira.
10. Don Fernando Primero, segundo Duque [f.º 9] de Berganza,

- que casó con Doña Juana de Castro, Señora<sup>32</sup> de Cadaval.
11. Don Fernando Segundo, tercer Duque de Bragança, que casó con Doña Isabel de Portugal, hermana del Rey Don Manuel.
  12. Don Jaime Primero, cuarto Duque de Bragança, que casó con Doña Leonor de Guzmán, hija de Don Juan de Guzmán, tercer Duque de Medina-Sidonia.
  13. Don Teodosio Primero, quinto Duque de Bragança, que casó con Doña Isabel de Lencastre, hija de Don Dionisio de Portugal, su Primo. [f.º 9v]
  14. Don Juan Primero, sexto Duque de Bragança, que casó con la Señora Doña Catalina, hija del Señor Infante Don Duarte.
  15. Don Teodosio Segundo, séptimo Duque de Bragança, que casó con Doña Ana de Velasco y Girón, hija de Juan Fernández de Velasco, decimo Condestable de Castilla, y Sexto de los de su casa, y de su primera mujer Doña María Téllez-Girón<sup>33</sup>.
  16. Don Juan Segundo, octavo Duque de Bragança, que casó con Doña Luisa de Guzmán, hija de Don Manuel Alfonso Pérez de Guzmán, *el Bueno*, octavo Duque de Medina-Sidonia, en el año de [f.º 10] 1632. Y en 15 de Diciembre de 1640 fue jurado Rey de Portugal.

Este segundo modo, en mi sentir, es el más ajustado de contar estas generaciones, porque en esta línea se ha conservado la varonía desde el Rey Don Alfonso Enríquez, hasta hoy, y no ha habido en ella transversalidad. Y esto no se puede decir de las cuentas de las otras generaciones, por haberse perdido y faltado en ambas las varonías. Porque en el Rey Don Juan, el Segundo, faltó la sucesión y línea real, por cuya falta entró en ella el Rey Don Manuel, como hijo del Infante Don Fernando, Condestable de Portugal y Duque de Viseu, y nieto del Rey Don Duarte. La cual también se perdió en [f.º 10v] el Rey Don Sebastián y [en el] Cardenal-Rey Don Henrique. Y así parece que solo en esta línea se verifica y cumple el “possuit oculos misericordiae suae usque in decimam sextam generationem”, pues en ella ha conservado la Varonía, y así seiscientos años, y el “ipse respiciet et videbit”, pues la vemos levantada a la cumbre de la Corona.

Sí estas Profecías, Señor, están cumplidas, o no, suplico a V. Exc.<sup>a</sup>

---

<sup>32</sup> En el ms.: "Señor".

<sup>33</sup> En el ms.: "Ana Girón".

lo ajuste por estas demostraciones, que a mí solo ha tocado el explicarlas, sin darles más crédito que el que asegura su cumplimiento, y el que siempre han andado en la memoria de todos los curiosos y entendidos.

El cuidado y desvelo mayor del Rey Don Alfonso Enríquez fue siempre sí, con [f.º 11] la atenuación de su descendencia, habría de pasar su Corona a otro dominio, faltando Rey en Portugal, y así sobre este particular escribía al Señor San Bernardo, que era su íntimo Amigo, y contemporáneo; y entre las cartas de correspondencia del Santo con el Rey, solo he podido adquirir las dos siguientes:

“Doy las gracias a vuestra Señoría por la merced y limosna que nos hizo del Sitio y tierras de Alcoaça, para que los Religiosos fabriquen<sup>34</sup> Monasterio donde sirva a Dios. Y por recompensarle esta merced — además que tendrá el premio del Cielo—, le certifico de su parte que a su Reino de Portugal no le faltaran Reyes Portugueses, salvo sí, por la gravedad de sus culpas, por algún tiempo los castigaré, [f.º 11v] pero no será tan largo el plazo de este castigo, que llegue al termino de sesenta años.

De Claraval, 13 de marzo de 1136 años. – Bernardo

El Rey Felipe Segundo fue jurado Rey de Portugal en las Cortes de Tomar, el 26 de abril de 1581. – El Rey Don Juan Cuarto de Portugal fue jurado el 15 de diciembre de 1640. Faltan, para cumplir los sesenta años, lo que va del 15 de diciembre de 1640 al 26 de abril de 1641. Con que está entendida y explicada esta carta del Señor San Bernardo.

Otra carta del Señor San Bernardo.

LATIM: "Christianissimo, et Pio Alfonso Regi Portugalorum<sup>35</sup>.

VERNÁCULO: Al Cristianísimo y Piadoso Alfonso Rey [f.º 12]

Bernardus Abbas, modicum, id quod est. Benedictus Deus, et Pater Domini Nostri Iesu Christi Pater misericordiarum, et Deus totius conso lationis, qui consolatus fuit vos in tribulatione vestra, et missit

---

<sup>34</sup> Edifiquen.

<sup>35</sup> En el ms.: *Portugalorum*.

consolationem vobis, et genti vestrae, dum<sup>36</sup> abstulit opprobrium Sarracenorum à cervicibus vestris.

Tratando del Convento de Alcobaça, concluye la carta con las palabras

de los Portugueses, Bernardo Abad ofrece lo poco que es. Bendito sea el Dios y Padre<sup>37</sup> de Nuestro Señor Jesucristo, Padre de misericordia y Dios de toda consolación, que os consuele en vuestra tribulación, quitando y sacudiendo de vuestras cervices el afrentoso yugo de los Moros.

Fundando Vos un Monasterio, en cuya duración y entereza tendréis una infalible [f.º 12v]

siguientes: Illud condentes Monasterium in cuius duratione, et integritate, indelebile habebitis elogium<sup>38</sup> Regni vestri, et in divisione reddituum<sup>39</sup>, dividetur à vobis Corona vestra. Servet vos, et Illustrem Reginam consortem Servator cunctorum, et benedicat prolem vestram, ut videatis filios filiorum vestrorum gaudentes in possessionibus vestris."

señal de vuestro Reino, y en la división de sus rentas<sup>40</sup> se dividirá de Vos vuestra Corona. Os guarde el Señor, Conservador de todas las cosas, y a la Ilustrísima Reina Vuestra Mujer, y bendiga a vuestros descendientes, para que veáis a vuestros nietos con gusto, en vuestros señoríos, y posesiones."

El Cardenal Don Enrique —que después fue [f.º 13] Rey de Portugal— dividió las rentas del Monasterio de Alcobaça, creando un Abad General, a quien señaló la renta competente, sacándola del mismo Monasterio, en el año 1559, en virtud de la Bula de Pio IV que comienza "In eminenti Sedis Apostolicae specula". Fue el primer Abad General el mismo Cardenal Don Henrique, y el último, el Serenísimo y Em.<sup>mo</sup>. Señor Don Fernando de Austria, Infante de España; habiendo muerto su Alteza el 2 de octubre de 1641, extinguió esta dignidad el Duque-Rey Don Juan Cuarto de Portugal,

---

<sup>36</sup> En el ms.: *dii*.

<sup>37</sup> En vez de: Bendito sea Dios y el Padre...

<sup>38</sup> En el ms.: *elogium*.

<sup>39</sup> En el ms.: *divissione redituum*.

<sup>40</sup> En el ms.: ventas. Cambio de "r" por "v".

volviendo a unir y restituyendo al Convento de Alcobaça sus rentas enteramente; y así se conserva hoy. Con que queda explicada [la] Carta. [f.º 13v].

Bien ajustadas vienen aquí las Profecías de un Monje de Monserrat, que hace muchos años tengo en poder sin entenderlas, hasta el suceso del Levantamiento de Portugal, de que me parece hablan con claridad, y son las siguientes:

1. "Veo como por visiones cosas tanto de notar, que harán temer, y temblar las más babarás naciones. Los Leones. Veo temer al Pastor que, sin temor, los hiere, y los despedaza y con gran valor ensalza las Banderas del Señor.
2. Todos ayudan al Justo [f.º 14] conociendo su Justicia por castigar la malicia del fiero León injusto Por su gusto sin precio paga ni premio el Hemisferio de que el Señor absoluto le viene a pagar tributo haciendo a su Reino Imperio.
3. Los que antes algo valían vendrán tan poco a valer, que se irán a socorrer a los que antes corrían. Los que huían las Plazas y los Poblados levantados se verán de tal manera, que compitan con la Esfera [f.º 14v] de los Planetas preciados.
4. Por ser dejaron de ser si mentiroso no salgo, ¡ay de los que valen algo que tan poco han de valer! Podrá ser que padezca algún Amigo que el castigo, perdida la rienda<sup>41</sup> y freno también atropella al Bueno por culpa del Enemigo.
5. Comenzará la Ventura del Imperio más lucido de este Infante esclarecido, que promete la escritura si se apura cuarenta veces cuarenta [f.º 15] Si la Cuenta por los anales he visto del Nacimiento de Cristo juntos con otros Cuarenta."

La cuenta de esta última copla se hace en la forma siguiente: Cuarenta veces cuarenta son y montan: mil y seiscientos años \_\_\_\_\_ 1600.

Juntos con los otros cuarenta. \_\_\_\_\_ 40.

Monta todo: mil seiscientos y cuarenta años. Que fue el año en que se levantó el Reino de Portugal. \_\_\_\_\_ 1640.

---

<sup>41</sup> En el ms.: vienda. Nuevo cambio de "r" por "v".

Gonçalo Anes Bandarra, que según opinión universal fue zapatero y nació en Trancoso, lugar de Portugal [el] año de 1478, y murió en Lisboa [el] año 1540; y alcanzó<sup>42</sup> a los Reyes de Portugal Don Manuel y Don [f.º 15v] Juan, el Tercero. Fue tenido por Profeta, y hoy se observan y guardan sus Profecías. Y en nuestra Castilla ha habido Autores que han aprobado sus obras, y entre ellos Don Juan de Horozco, Arcediano de Cuellar en el Obispado de Segovia, que en el Tratado que intitula de verdadera y falsa profecía en el capítulo 14<sup>43</sup> dice lo siguiente: “Yo tuve noticia de un Zapatero en Portugal —y al margen pone Bandarra—, que fue tenido por Profeta, y en él haber leído algunas Profecías, como las de S. Isidoro. Y de las cosas notables que dijo, tengo anotada una en que, a mi parecer, dijo, hace muchos años, el haberse de juntar aquel Reino de Portugal al nuestro, con harta<sup>44</sup> particularidad.” Y a este fin trae estos versos de Bandarra, que son los primeros de sus obras. [f.º 16]

*“Vejo, Vejo do Rey Vejo.  
Vejo, o estoi sonhando?  
Semente do Rey Fernando.  
Facer un forte despejo.  
E seguir con gran desejo  
E deixar à sua vinha  
E decir esta cassa he minha  
Em que agora me vejo.”*<sup>45</sup>

Este, pues, Gonçalo Anes Bandarra, fue el que con más claridad habló de los sucesos de nuestros tiempos. Y de todas sus obras, he entresacado los fragmentos siguientes, que a mi parecer no podía hablar con más claridad sino fuera viéndolos.

*“Ia ò tempo desejado  
He chegado  
Segun do firmal assenta,  
Ia se cerran os quarenta  
Que se emmenta.  
Por un Doctor ja passado*

---

<sup>42</sup> Vivió en el tiempo de.

<sup>43</sup> En el ms.: 24.

<sup>44</sup> En el ms.: hasta.

<sup>45</sup> Existen algunas diferencias del texto citado por Juan de Horozco: “Vejo vejo do Rey vejo,/ vejo o estoy soñando/ si miente do Rey Fernãdo/ fazer un forte despejo/ e seguir con gran desejo./ e dexar a ca sua viña,/ e dezir esta casa e miña./ en que agora aca me seja.” Juan de HOROZCO Y COVARRUVIAS, *Tratado de la verdadera y falsa profecía*, Segovia, Juan de la Cuesta, 1588, fls. 38-38v.



O Rey novo, hé Lebantado  
La da brado [f.º 16v]  
la, assoma, â sua Bandeira  
Contra â Grifa parideira  
Logomeira  
Que tais Prados tem gozado  
Saya, Saya, este Infante  
Bem andante.  
O seu nome he Don Joam  
Tire, è, lebe, o Pendaom  
E o Guiaom.  
Poderosso, e Triunfante  
Virlhe haom Novas diante  
en hum istante  
De aquellas Terras presadas  
As quais estaom decraradas  
E affirmadas.  
Telo por Rey em diante.  
Louvemos de Corazon  
Este Varon. [f.º 17]  
Pois he Rey direito  
Deus ô fez todo perfectio  
Eleito,  
Dotado de perfeiçaom”.

Y después en otro genero de verso prosigue:

“Treinta dous annos e meio  
Abera sinais na Terra  
A escritura noam erra  
Aqui faz o conto cheo.  
En hum dos tres que vem arreo  
Demostra grande perigro  
Avera azote, y castigo  
Em Gente, que naom, nomeio”.

Y prosigue más adelante:

“Vejo quarenta e hum anno  
Pelo correr do Cometa  
Per lo ferir do Planeta.  
Que demostra ser gran danho. [f.º 17v]

Vejo un grande Rey Humano  
Lebantar sua Bandeyra  
Vejo como por peneira  
a Grifa morir en Cano”.

Y mucho después dice:

“Entrando quarenta, e hum  
De Janeiro, por diante  
Aparelhe cada hum,  
E de fio, à seu Montante”.

Con más brevedad que todos, dicen los sucesos pasados y presentes del Reino de Portugal unos versos que se hallaron en la Ciudad de Meliapor, en la India, donde está el Sepulcro del Apóstol Santo Tomás, que el P.Martín de Escalante, de la Compañía de Jesús, siendo mi Maestro en Artes, me dio el año de 1625, y son los siguientes:

- “1. Regnabit Rex in pubertate sua, et viduabitur Regnum [f.º 18] cum lacrymis.
2. Introducetur prudentia cum rigore, et devastabit<sup>46</sup> reliquias confitentium.
3. Tunc adiunget Regnum Regnis, et vivens vermibus scaturiet.
4. Egredietur alter in Tertium, et obmutescet in eo prudentia Secundi.
5. Triumphabit in Regno alieno, et non gratulabitur illi.
6. Pullulabit virga in Sceptrum.
7. Repullulabunt seditiones in Populis.
8. Scindetur Virga eius de brachio suo, et exultabunt pauperes in Laetitia.
9. Dicent Divites, nos insensati, et Fatui<sup>47</sup> prudentibus deridebunt.
10. Tunc ascendet in Hesperia Leo, et dividetur Regnum à Regnis.
11. Praevalebit Lusitania Gentibus, et Laeta acquiescet<sup>48</sup> Regi suo.

---

<sup>46</sup> En el ms.: debastabit.

<sup>47</sup> En el ms.: factui.

<sup>48</sup> En el ms.: acquieset.

12. Congratulabuntur illi Reges multi, et divitiis luxuriabit.
13. Repullulabit Sceptrum renovatum<sup>49</sup>, et non auferetur, unquam abeo".[f.º 18v]

También me dio el P. Martín de Escalante, en el mismo año de 1625, otras Profecías, que me dijo corrían por [ser] de S. Francisco Xavier, Apóstol de la India, para desde el año de 1550 en adelante, que son las siguientes:

- “1. Regnum datum à Deo, florens, florebit usque in finem suum.
2. Repente ruet, truncatum à Mauritania.
3. Insurget rapiens Leo, et praemet illud unquibus suies.
4. Facile, et horride ocupabit spoliatum. Principes eius parvuli Infantes, propriam virtutem relinquunt.
5. Sub duobus alienis, quiescent gentes eius, alter favore, alter tranquillitate, oblivione parent iniuriis.
6. Tertius regnabit. Heu quanta fata volbent !
7. Signa servitutes in Regno. Oppresi Populi existent. Tumultum futurum demonstrat, non intelligent Rex, neque Principes eius.
8. Non exiet à domo Leo, Lupus factus, et si egressus fuerit, exitus infaustus.
9. Aspicient eum Reges terrae, et deridebunt gloriam eius.
10. Flores Coeli reddent unicuiq ; singula singulis. [f.º 19]
11. Ecce iam Princeps pullulos in Regno Magnus vocabitur, et agnoscetur.
12. Iste erit pius, et doctus, et virtus Domini erit cumeo.
13. Externi vocabunt eum in Imperium. Videbit Roma, et Hyerusalem, et redimet à captivitate, et à gente impia.
14. Non destruet Leonem, cum posset immo proteget eum ab Austro, et Aguilone.
15. Sanguis eius iungetur cum sanguine alterius Regnabunt pacificè, et postea morietur Leo.
16. Durabit usque ad tertiam generationem. Et tunc incipiet universalis persecutio Mundi. Si erit finis eius. Soli Deo ».

Esto es, Señor, lo que más he podido juntar de las cosas del Reino de Portugal, y de los sucesos de nuestros tiempos. Y si V. E. me

---

<sup>49</sup> En el ms.: renobatum.

replicar que, si estas profecías han corrido así<sup>50</sup> en manuscritos como en impresiones, tantos años ha, como no se han entendido? Respondo à V. E. con Daniel, en el cap. 12, n. 9: "Clausi sunt, signati que sermones, usque ad praefinitum tempus."<sup>51</sup> Y en esta consideración las llamó S. Ireneo enigmas: "Prophetias ante quam [f.º 19v] compleantur esse enigmata."<sup>52</sup> Y en libro 4, el mismo Santo dice: "Vaticinia oculata, saepe non intelliguntur donec completa sunt."<sup>53</sup> Y en las humanas letras tenemos ejemplo de esto. El Poeta, tratando de los Oráculos y de las respuestas de las Sibilas, dice [en] Eneida 6:

"Horrendas canit ambages, antroque remugit,  
Obscuris vera involvens."<sup>54</sup>

Si V. E., Señor, se diere por servido y mereciere su agrado, este pequeño trabajo será su mayor premio. Vale. Datum Hispali Xij. Kal. Novembris Anno Dni. 1642. – B.L.M. de V.E.  
Don Nicolás de Bustillo. \_\_\_\_\_

## DOCUMENTO

### TRADUÇÃO PORTUGUESA

*DISCURSO HISTÓRICO DO REINO DE PORTUGAL, A SUA DURAÇÃO E PROFECIAS*, escrito em Sevilha, em outubro de 1642, por Nicolas Bustillo para o conde de Chinchón, vice-rei de Lima.<sup>55</sup>

[fl. 1]

*Discurso histórico do Reino de Portugal,  
a sua duração e profecias,*

---

<sup>50</sup> Tanto.

<sup>51</sup> "Cerradas y selladas están estas palabras hasta el tiempo señalado."

<sup>52</sup> "Qualquier profecía es [para los seres humanos] enigmática [e ambigua] hasta que se cumple" (*Adv. haeres.*, IV, 26, 1).

<sup>53</sup> "Los vaticinios ocultos, con frecuencia no se entienden hasta que se cumplan."

<sup>54</sup> "Anuncia horrosos enigmas y resuena en el antro, envolviendo en tinieblas la verdad" (VIRGILIO, *Eneida*, VI, 99-100).

<sup>55</sup> Este texto foi transcrito por José Eduardo Franco a partir do original manuscrito patente em língua espanhola na BRITISH LIBRARY OF LONDON: Ms. Add. 20: 938. A tradução da língua espanhola para língua portuguesa foi realizada por Júlia Bogado e Porfírio Pinto.

No ano de 1642, tendo chegado a esta cidade de Sevilha o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Chinchón do seu vice-reinado de Lima<sup>56</sup>, disputámos a matéria do Levantamento de Portugal: Sua Ex.<sup>a</sup> defendia a justiça do nosso Rei de Castela; eu, não podendo cativar o entendimento, privilégio só da Fé, defendia a de Portugal. Desta conferência resultou mandar-me que lhe fizesse relação das notícias que eu teria, e dos fundamentos que me obrigavam – não sendo português – a ser tão [fl. 1v] tenaz na minha opinião. E obedecendo a Sua Ex.<sup>a</sup>, fiz o papel que se segue, que esteve oculto até às Pazes<sup>57</sup> que se fizeram com Portugal, em cuja ocasião o comuniquéi aos amigos, e correu com aprovação.

Senhor

Manda-me V. Ex.<sup>a</sup> que lhe faça [uma] relação das notícias que tenho das coroas do Reino de Portugal, tanto da sua origem, como do estado que hoje tem, e se há algumas profecias que tratem da sua conservação e aumento, ou da sua destruição e ruína. E sendo V. Ex.<sup>a</sup> tão capaz e entendido, e de maiores notícias [do que as] que eu posso alcançar, contudo, para conseguir o mérito da obediência, direi com brevidade o que pude averiguar, sem explicar o meu sentir, cumprindo apenas com a [fl. 2] obrigação de cronista.

O rei Dom Afonso o Sexto de Castela, o *Liberal*, e, por sê-lo, o da mão furada – não por tê-la mandado furar Almeon, rei de Toledo, como imaginam muitos<sup>58</sup> –, deu em dote e casamento a parte de Portugal, que caía entre Tejo e Minho, a Dom Henrique de Lorena, filho de Hugo Capeto, rei de França, com Dona Teresa, sua filha bastarda, com o título de Conde, e reconhecimento de vassalagem a si e aos senhores reis de Castela, seus sucessores.

Nasceu deste matrimónio Dom Afonso Henriques, mui valoroso soldado, que aumentou e estendeu o seu Estado, recuperando-o aos Mouros com tão contínuas batalhas e vitórias

---

<sup>56</sup>Don Luis Jerónimo Fernández de Cabrera y Bobadilla (1589-1647) foi vice-rei de Lima nos anos 1628 a 1639. Em janeiro de 1641 regressou a Espanha e foi nomeado conselheiro de Estado, tendo acompanhado Filipe IV nas campanhas de Navarra, Aragão e Valência. Faleceu em Madrid, a 28 de outubro de 1647.

<sup>57</sup>O Tratado de Lisboa de 13 de fevereiro de 1668.

<sup>58</sup>Alusão à "Lenda da mão furada" (*Leyenda de la mano horadada*), da presença do rei Alfonso VI em Toledo, refugiado na corte do rei mouro Al-Mamun).

que, aborrecido o rei Esmar<sup>59</sup> – que, então, o era de Portugal – com a perda [fl. 2v] de suas terras, convocou e chamou a si alguns reis mouros, que naquele tempo havia em Espanha, como os amigos de África, seiscentos mil mouros para acometer D. Afonso Henriques e, de uma vez, acabar com ele e vingar os agravos que tinha recebido dele.

Tomando conhecimento desta Liga, Dom Afonso juntou das terras de Coimbra dez mil infantes e mil cavalos, que era todo o seu exército, mas [composto de] soldados muito espertos e exercitados na guerra, e que jamais deixariam cair as armas das mãos. Resolveu-se a sair à procura do seu inimigo, em vez de aguardá-lo, marchou em direção ao Alentejo, assolando e abrasando os campos e terras por onde passava, e em breves dias avistou o inimigo, que mal cabia nos espaçosos campos de Ourique. [fl. 3]

Muito admirado ficou ao vê-lo, considerando as suas poucas forças para oposição a tanta mourama. Na penúltima noite antes da batalha, tendo ouvido os pareceres dos mais dosseus soldados, os quais todos tinham por temeridade dar batalha, confuso, acudiu a Deus o bom Dom Afonso e pediu a sua Divina Majestade o seu favor e ajuda; e no maior fervor e ânsia da sua oração, apareceu-lhe N. S. Jesus Cristo Crucificado, e falou-lhe, e disse o seguinte:

LATIM: “Ego enim edificator, et dissipator imperiorum, et Regnorum Sum, volo enim in te, et in semine tuo Imperium mihi stabilire, ut diferatur

VERNÁCULO: “Eu sou o Fundador e Dissipador dos Impérios, e Reinos, quero em ti, e nos teus descendentes fundar, e estabelecer para mim um Imperio, para que por meio dele [fl. 3v]

nomen meum in externas gentes, et ut agnoscant Successores tui Datorem Regni, Insigne tuum, ex praetio, quo Ego humanum genus emi, et ex eo quo ego à Iudaeis emptu Sum, compones, et erit mihi Regnum, Sanctificatum, fide purum, et pietate dilectum.” seja o meu nome publicado e dado a conhecer às Nações estranhas. E para que os teus descendentes me conheçam por Autor do Reino, comporás o Escudo

---

<sup>59</sup>Ou Ismário, como na *Restauração de Portugal prodigiosa*. O número dos militares envolvidos (600 000 mouros contra 11 000 portugueses) são ainda os do livro de Gregório de Almeida (ALMEIDA, 1643: 15).

das tuas Armas com o preço, com que Eu redimi a linhagem humana, e daquele com que fui comprado pelos Judeus; e, para mim, será um Reino santificado, puro na Fé e amado pela sua piedade.”

Com este favor tão singular e grande, Dom Afonso voltou para os seus, que ainda estavam [fl. 4] divididos em vários pareceres. Recolheu-se na sua tenda e, dando graças a Deus pelas mercês que lhe fazia, rendido e cansado, adormeceu. E, neste tempo, João Fernandes de Sousa, o seu camareiro, acordou-o, avisando-o de que um homem de venerável aspeto o queria ver, e que importava muito o falar-lhe<sup>60</sup> – há quem diga que este homem se chamava Leovigildo Peres de Almeida, que se tinha retirado naqueles campos para levar uma vida eremítica e penitente –, e, entrando, fez-lhe o seguinte raciocínio:

LATIN: “Domine, bono animo esto, vinces, vinces, et non vinceris. Dilectus es Domino, posuit enim super te  
ROMANCE: “Senhor, cobra ânimo, vencerás. Vencerás e não serás vencido. És amado pelo Senhor, porque pôs sobre ti [fl. 4v],

et super semen tuum post te oculos misericordiae suae, usque in decimam sextam generationem, in qua attenuabitur proles. Sed in ipsa attenuata ipse respiciet, et videbit.

sobre a tua descendência, os olhos da sua misericórdia, até à décima sexta geração, na qual se diminuiria, mas nela, atenuada, voltará a pôr os olhos, e olhará [por ela].”

Deu batalha Dom Afonso, venceu os Mouros, alcançando deles milagrosa vitória, deixando-os destruídos e mortos nos campos de Ourique, e sujeitou e aquietou todo o Reino de Portugal, ou a maior parte dele. Com esta insigne vitória, ganhou a investidura de Rei de Portugal, que lhe foi dada por Alexandre III e Inocência II, Sumos Pontífices.

Estes dois sucessos e as profecias que [fl. 5] a eles se referem têm por apócrifas praticamente a maior parte dos nossos Castelhanos, sem mais fundamento nem razão do que afirmá-lo. Eu

---

<sup>60</sup>Ou também: “que era muito importante para ele falar-lhe”.

não me afadigarei a defendê-las ou a impugná-las, mas procurarei apenas provar se ambas se cumpriram. O certo é que andam impressas há mais de 150 anos, e em manuscritos, desde o tempo em que sucederam.

Quanto à primeira, vimos que o Escudo das Armas de Portugal, sendo no tempo do conde Dom Henrique uma simples cruz, está composto hoje pelas cinco chagas de Nosso Redentor Jesus Cristo, e em cada uma estão estampados cinco dinheiros, que, com as cinco chagas, perfazem os trinta dinheiros com que Sua Divina Majestade foi comprado pelos Judeus. Dito [Escudo] ornou-se depois com sete castelos, que são os sete [fl. 5v] sacramentos da Santa Igreja, Nossa Mãe. E também vimos que o "*diferatur nomen meum in externas gentes*"<sup>61</sup> se cumpriu em tempos dos reis Dom João II e Dom Manuel, pois na Índia Oriental, no mais apartado e incógnito de Espanha, pregaram e proclamaram os Portugueses o Sacrosanto Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, [ali] onde hoje está implantada a sua santa Fé graças a eles.

Quanto à segunda, ninguém duvidou que [ele] vencesse a batalha por particular milagre de Nosso Senhor, pela desigualdade dos exércitos, pois para cada português havia mais de cinquenta mouros; e é de crer que soldado tão grande<sup>62</sup> não se empenhasse numa resolução tão temerária, se não se fiasse nos dois favores [fl. 6] que Nosso Senhor lhe fez. E em relação à segunda parte, [ela] tem que ver com a décima sexta geração "*in qua attenuabitur proles*"<sup>63</sup> e com a décima sexta geração "*sed in ipsa attenuata ipse respiciet, et videbit*"<sup>64</sup>. Se eu ajustasse isto com evidência contando as gerações, terei cumprido com a minha obrigação.

Primeiro modo de contar as gerações: "*In qua attenuabitur proles*"

1. O rei Dom Afonso Henriques.
2. O rei Dom Sancho, o Primeiro.
3. O rei Dom Afonso, o Segundo.
4. O rei Dom Sancho, o Segundo, com o seu irmão o rei Dom Afonso, o Terceiro, fazem uma geração.
5. O rei Dom Dinis.
6. O rei Dom Afonso, o Quarto. [fl. 6v]

---

<sup>61</sup> "Proclamarão o meu nome a povos estrangeiros."

<sup>62</sup>D. Afonso Henriques.

<sup>63</sup> "Em que diminuirá a prole."

<sup>64</sup> "Ainda que atenuada, põe os olhos nela e olha por ela."



7. O rei Dom Pedro.
  8. O rei Dom Fernando com o seu irmão o rei Dom João, o Primeiro, que foi Mestre de Avis, fazem uma geração.
  9. O rei Dom Duarte.
  10. O rei Dom Afonso, o Quinto.
  11. O rei Dom João, o Segundo.
  12. O rei Dom Manuel.
  13. O rei Dom João, o Terceiro.
  14. O príncipe Dom João.
  15. O rei Dom Sebastião.
  16. O cardeal-rei Dom Henrique.  
“*Proles attenuata*”.
- 

Primeiro modo de contar as gerações: “*Sed in ipsa attenuata ipse respiciet, et videbit*” [fl. 7]

1. O rei Dom Afonso Henriques.
2. O rei Dom Sancho, o Primeiro.
3. O rei Dom Afonso, o Segundo.
4. O rei Dom Sancho, o Segundo, com o seu irmão o rei Dom Afonso, o Terceiro, fazem uma geração.
5. O rei Dom Dinis.
6. O rei Dom Afonso, o Quarto.
7. O rei Dom Pedro.
8. O rei Dom Fernando, com o seu irmão o rei Dom João, o Primeiro, fazem uma geração.
9. O rei Dom Duarte.
10. O rei Dom Afonso, o Quinto.
11. O rei Dom João, o Segundo.
12. O rei Dom Manuel.
13. O infante Dom Duarte
14. A infanta Dona Catarina. [fl. 7v]
15. O duque Dom Teodósio.
16. O duque Dom João.

Coroado Rei de Portugal. Ano de 1640.

---

Segundo modo de contar as gerações:  
“*In qua attenuabitur proles*”

1. O rei Dom Afonso Henriques.
  2. O rei Dom Sancho, o Primeiro.
  3. O rei Dom Afonso, o Segundo.
  4. O rei Dom Sancho, o Segundo, com o seu irmão, o rei Dom Afonso, o Terceiro, fazem uma geração.
  5. O rei Dom Dinis.
  6. O rei Dom Afonso, o Quarto. [fl. 8]
  7. O rei Dom Pedro.
  8. O rei Dom Fernando com o seu irmão, o rei Dom João, o Primeiro, fazem uma geração.
  9. O rei Dom Duarte.
  10. O rei Dom Afonso, o Quinto.
  11. O infante Dom Fernando, Condestável de Portugal e Duque de Viseu.
  12. O rei Dom Manuel.
  13. O rei Dom João, o Terceiro.
  14. O príncipe Dom João.
  15. O rei Dom Sebastião.
  16. O cardeal-rei Dom Henrique.  
"Proles attenuata".
- 

Segundo modo de contar as gerações:

"Sed in ipsa attenuata, ipse respiciet, [fl. 8v] et videbit"

10. O rei Dom Afonso Henriques.
11. O rei Dom Sancho, o Primeiro.
12. O rei Dom Afonso, o Segundo.
13. O rei Dom Sancho, o Segundo, e o rei Dom Afonso, o Terceiro, seu irmão, fazem uma geração.
14. O rei Dom Dinis.
15. O rei Dom Afonso, o Quarto.
16. O rei Dom Pedro.
17. O rei Dom João, o Primeiro, que foi Mestre de Avis.
18. Dom Afonso, conde de Barcelos, primeiro Duque de Bragança, que casou com Dona Beatriz Pereira, filha do grande Nuno Álvares Pereira.
10. Dom Fernando Primeiro, segundo Duque [fl. 9] de Bragança, que casou com Dona Joana de Castro,

senhor<sup>65</sup> do Cadaval.

11. D. Fernando Segundo, terceiro Duque de Bragança, que casou com D. Isabel de Portugal, irmã do rei D. Manuel.
12. Dom Jaime Primeiro, quarto Duque de Bragança, que casou com Dona Leonor de Gusmão, filha de Dom Juan de Guzmán, terceiro Duque de Medina-Sidonia.
13. Dom Teodósio Primeiro, quinto Duque de Bragança, que casou com Dona Isabel de Lencastre, filha de Dom Dinis de Portugal, seu primo. [fl. 9v]
14. Dom João Primeiro, sexto Duque de Bragança, que casou com a senhora Dona Catarina, filha do senhor infante Dom Duarte.
15. Dom Teodósio Segundo, sétimo Duque de Bragança, que casou com Dona Ana de Velasco y Girón, filha de Juan Fernández de Velasco, décimo Condestável de Castela, e sexto e sexto dos de sua casa; e da sua primeira mulher Dona Ana Girón<sup>66</sup>.
17. Dom João Segundo, oitavo Duque de Bragança, que casou com Dona Luísa de Gusmão, filha de Dom Manuel Alfonso Pérez de Guzmán, *el Bueno*, oitavo Duque de Medina-Sidonia, no ano de [fl. 10] 1632.

E, em 15 de dezembro de 1640, foi jurado Rei de Portugal.

Este segundo modo, em meu entender, é o mais ajustado para contar estas gerações porque, nesta linha, conservou-se a varonia desde o rei Dom Afonso Henriques, até hoje, e não houve nela transversalidade. E isto não se pode dizer das contas das outras gerações, por se ter perdido, e faltando em ambas as varonias. Porque no rei Dom João, o Segundo, faltou a sucessão e a linha real, falta essa que ocasionou a entrada nela do rei Dom Manuel, como filho do infante Dom Fernando, Condestável de Portugal, e duque de Viseu e neto do rei Dom Duarte. A qual também se perdeu no [fl. 10v] rei Dom Sebastião, e [no] cardeal-rei Dom Henrique. E, assim, parece que só nesta linha se verifica e cumpre o “*possuit oculos misericordiae suae usque in decimam sextam generationem*”, pois nela conservou a varonia, e, assim, seiscentos anos; e o “*ipse respiciet et videbit*”, pois vemo-la levantada ao cume da Coroa.

Se estas profecias, Senhor, estão cumpridas, ou não, suplico

---

<sup>65</sup> Leia-se: "senhora do Cadaval".

<sup>66</sup> Confusão do Autor. Trata-se de María Téllez-Girón.

a V. Ex.<sup>a</sup> que o ajuste com estas demonstrações, que só a mim tocou o explicá-las, sem dar-lhes outro crédito senão o que assegura o seu cumprimento, e o que sempre esteve na memória de todos os curiosos e entendidos.

O cuidado e desvelo maior do rei Dom Afonso Henriques foi sempre, se, com [fl. 11] a atenuação da sua descendência, haveria de passar a sua Coroa a outro domínio, faltando rei em Portugal, e por isso, sobre este particular<sup>67</sup>, escrevia ao senhor São Bernardo, que era seu íntimo Amigo e contemporâneo; e entre as cartas da correspondência do santo com o rei, apenas pude adquirir as seguintes duas:

"Dou as graças<sup>68</sup> a Vossa Senhoria pela mercê e esmola que nos fez do sítio e terras de Alcobaça, para que os Religiosos fabriquem<sup>69</sup> [um] Mosteiro onde sirvam a Deus. E por recompensar-lhe esta mercê – ademais que terá o prémio do Céu –, certifico por seu turno que ao seu Reino de Portugal não lhe faltarão reis portugueses, salvo se, pela gravidade das suas culpas, os castigar por algum tempo, [fl. 11v] mas não será tão longo o prazo deste castigo, que chegue ao termo de sessenta anos.

Claraval, 13 de março de 1136 anos. – Bernardo.

O rei Filipe Segundo foi jurado Rei de Portugal nas Cortes de Tomar, em 26 de abril de 1581. – O rei Dom João Quarto de Portugal foi jurado a 15 de dezembro de 1640. Para cumprir os sessenta anos, falta o que vai de 15 de dezembro de 1640 a 26 de abril de 1641. Com que está entendida e explicada esta carta do senhor São Bernardo.

Outra carta do Sr. São Bernardo.

LATIM: "Christianissimo, et Pio Alfonso Regi Portugallorum.

VERNÁCULO: Ao Cristianíssimo e Piedoso Afonso rei [fl. 12]

---

<sup>67</sup> Assunto.

<sup>68</sup> Agradeço.

<sup>69</sup> Edifiquem.

Bernardus Abbas, modicum, id quod est. Benedictus Deus, et Pater Domini Nostri Iesu Christi Pater misericordiarum, et Deus totius consolationis, qui consolatus fuit vos in tribulatione vestra, et misit consolationem vobis, et genti vestrae, dum abstulit opprobrium Sarracenorum à cervicibus vestris. Tratando do Convento de Alcobaça, conclui a carta com as palavras

dos Portugueses, Bernardo Abade oferece o pouco que é. Bendito seja [o] Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, Pai de misericórdia e Deus de toda a consolação, que vos console na vossa tribulação, retirando e sacudindo das vossas cervizes o afrontoso jugo dos Mouros. Fundando Vós um Mosteiro, em cuja duração e inteireza tereis um infalível [fl. 12v]

seguintes: Illud condentes Monasterium in cuius duratione, et integritate, indelebile habebitis elogium Regni vestri, et in divisione reddituum, dividetur à vobis Corona vestra. Servet vos, et Illustrem Reginam consortem Servator cunctorum, et benedicat prolem vestram, ut videatis filios filiorum vestrorum gaudentes in possessionibus vestris."

sinal do vosso Reino, e na divisão das suas rendas, dividir-se-á de Vós a vossa Coroa. Guarde-vos o Senhor, Conservador de todas as cosas, e à Illustríssima Rainha vossa mulher, e bendiga os vossos descendentes, para que vejais vossos netos, com gosto, nos vossos senhorios e possessões."

O cardeal Dom Henrique – que depois foi [fl. 13] rei de Portugal – dividiu as rendas do Mosteiro de Alcobaça, criando um Abade-Geral, a quem assinalou renda competente, retirando-a do mesmo Mosteiro, no ano de 1559, em virtude da bula de Pio IV, que começa: *In eminenti sedis Apostolicae Specula*. Foi o primeiro Abade-Geral o mesmo cardeal Dom Henrique, e o último, o Sereníssimo e Em.<sup>mo</sup> Senhor Dom Fernando de Áustria, infante de Espanha; tendo morrido Sua Alteza em 2 de outubro do ano de 1641, o duque-rei Dom João Quarto extinguiu esta dignidade,

voltando a unir e restituindo ao Convento de Alcobaça as rendas inteiramente; e assim se conserva hoje. Com que fica explicada a carta. [fl. 13v]

Bem ajustadas vêm aqui as profecias de um monge de Monserrate, que há muitos anos tenho em [meu] poder sem entendê-las, até ao sucesso do Levantamento de Portugal, de que me parece falam com clareza, e são as seguintes:

“1. Vejo como por visões  
coisas tanto de notar,  
que farão temer, e recear  
as mais bárbaras nações.  
Os Leões

Vejo temer ao Pastor,  
Que sem temor,  
Os fere, e os despedaça  
e com grade valor exalta  
as Bandeiras do Senhor.

2. Todos ajudam o Justo [fl. 14]  
conhecendo a sua Justiça  
por castigar a malícia  
do fero Leão injusto.

Por seu gosto,  
sem preço, paga nem prémio  
o Hemisfério

De que é senhor absoluto  
Ihe vem a pagar tributo  
Fazendo de seu Reino Império.

3. Os que antes algo valiam  
virão tão pouco a valer,  
que se irão a socorrer  
aos que antes corriam.

Os que fugiam  
das Praças, e dos Povoados  
levantados  
se verão de tal maneira,  
que compitam com a Esfera [fl. 14v]  
dos Planetas apreciados.

4. Por ser, deixaram de ser  
se mentiroso não saio,  
ai dos que valem algo  
que tão pouco hão de valer.

Poderá ser  
que padeça algum Amigo  
que o castigo,  
perdida a rédea e o freio,  
também atropela o Bom  
por culpa do Inimigo.  
5. Começará a Ventura  
do Imperio mais luzido,  
de este Infante esclarecido,  
que promete a escritura  
Se se apura  
Quarenta vezes quarenta [fl. 15]  
Se a conta  
Pelos anais tenho visto  
Do Nascimento de Cristo  
Juntos com outros Quarenta.”

A conta desta última copla faz-se da forma seguinte: Quarenta vezes quarenta são e importam: mil e seiscentos años\_\_\_\_\_1600. Juntos com outros quarenta \_\_\_\_\_ 40. Importa tudo em: mil seiscentos e quarenta anos. Que foi o ano em que se levantou o Reino de Portugal\_\_\_\_\_1640.

Gonçalo Anes Bandarra, que, segundo opinião universal, foi sapateiro e nasceu em Trancoso, lugar de Portugal, [no] ano de 1478, e morreu em Lisboa [no] ano de 1540, e alcançou<sup>70</sup> aos reis de Portugal Dom Manuel e Dom [fl. 15v] João o Terceiro, foi tido por Profeta, e hoje observam-se e guardam-se as suas profecias. E na Nossa Castela houve Autores que aprovaram as suas obras, e entre eles Don Juan de Horozco, arcediago de Cuéllar, no bispado de Segóvia, que, no Tratado que intitula *De [la] verdadera y falsa profecia*, no cap. 14<sup>71</sup>, diz o seguinte: “Eu tive notícia de um sapateiro em Portugal – e à margem põe Bandarra – que foi tido por profeta, e nele ter lido algumas profecias, como as de S. Isidoro. E das coisas notáveis que disse, tenho anotada uma em que, segundo me parece, disse, há muitos anos, o haver-se de juntar aquele Reino

---

<sup>70</sup> Coincidiu com; foi coetâneo de.

<sup>71</sup> No original: 24. É um erro de citação: trata-se do capítulo 14, do Livro I, do *Tratado de la verdadera y falsa profecia*. Esta passagem e os versos do Bandarra são também citados pelo padre António Vieira no *Livro Antepimeiro da História do Futuro* (OC, III, I: 125).

de Portugal ao nosso, com farta particularidade.” E com este fim, traz estes versos de Bandarra, que são os primeiros das suas obras. [fl. 16]

*“Vejo, Vejo do Rey Vejo.  
Vejo, o estou sonhando?  
Semente do Rey Fernando.  
Facer un forte despejo.  
E seguir con gran desejo  
E deixar à sua vinha  
E decir esta cassa he minha  
Em que agora me vejo.”<sup>72</sup>*

Então, este Gonçalo Anes Bandarra foi o que falou, com mais clareza, dos sucessos de nossos tempos. E de todas as suas obras, retirei os seguintes fragmentos<sup>73</sup>, que, em meu entender, não podia falar com mais clareza, a não ser que os visse.

*“Ia ò tempo desejado  
He chegado  
Segundo firmal assenta,  
Ia se cerran os quarenta  
Que se emmenta.  
Por un Doctor ja passado  
O Rey novo, hé Lebantado  
La da brado [fl. 16v]  
Ia assoma à sua Bandeira  
Contra à Grifa parideira  
Logomeira  
Que tais Prados tem gozado  
Saya, Saya, este Infante*

---

<sup>72</sup>Existem algumas diferenças do texto citado por Juan de Horozco: "Vejo vejo do Rey vejo./ vejo o estoy soñando/ si miente do Rey Fernãdo/ fazer un forte despejo/ e seguir con gran desejo./ e dexar a ca sua viña./ e dezir esta casa e miña./ en que agora aca me seja." Juan de HOROZCO Y COVARRUVIAS, *Tratado de la verdadera y falsa profecia*, Segóvia, Iuan de la Cuesta, 1588, fls. 38-38v.

<sup>73</sup>Guardamos a grafia original. Não sabemos que edição usou o Autor, pois insere aqui uma trova, a última, que não se encontra nas edições de 1603, 1644 e, até, 1809, mas está na obra *Restauração de Portugal Prodigiosa* (1643), o que pode ser significativo. Cf. Carlos CARVALHO, *As trovas de Bandarra na Restauração de Portugal Prodigiosa (1643/1644)*, Eds. Ecopsy/Quinto Império, p. 18. Todavia, as trovas do Bandarra aqui citadas são as que se encontram também em dita obra.



Bem andante.  
O seu nome he Don Joam  
Tire, è, lebe, o Pendaom  
E o Guiaom.  
Poderosso, e Triunfante  
Virlhe haom Novas diante  
en hum istante  
De aquellas Terras presadas  
As quais estaom decraradas  
E affirmadas.  
Telo por Rey em diante.  
Louvemos de Corazon  
Este Varon. [fl. 17]  
Pois he Rey direito  
Deus ô fez todo perfectio  
Eleito,  
Dotado de perfeiçaoom.”

E depois, noutro género de verso, prossegue:

“Treinta dous annos e meio  
Abera sinais na Terra  
A escritura noam erra  
Aqui faz o conto cheo.  
En hum dos tres que vem arreo  
Demonstra grande perigro  
Avera azote, y castigo  
Em Gente, que naom, nomeio.”

E prossegue mais adiante:

“Vejo quarenta e hum anno  
Pelo correr do Cometa  
Per lo ferir do Planeta.  
Que demonstra ser gran danho. [fl. 17v]  
Vejo un grande Rey Humano  
Lebantar sua Bandeyra  
Vejo como por peneira  
a Grifa morir en Cano”.

E muito depois diz:

“Entrando quarenta, e hum  
De Janeiro, por diante  
Aparelhe cada hum,  
E de fio, à seu Montante.”

Com mais brevidade que todos, dizem os sucessos passados e presentes do Reino de Portugal uns versos que se encontraram na cidade de Meliapor, na Índia, onde está o sepulcro do Apóstolo São Tomé, que o padre Martin de Escalante, da Companhia de Jesus, sendo meu Mestre em Artes, me deu no ano de 1625. E são os seguintes:

- “1. Regnabit Rex in pubertate sua, et viduabitur Regnum [fl. 18] cum lacrymis.
2. Introducetur prudentia cum rigore, et devastabit reliquias confitentium.
3. Tunc adiunget Regnum Regnis, et vivens vermibus scaturiet.
4. Egredietur alter in Tertium, et obmutescet in eo prudentia Secundi.
5. Triumphabit in Regno alieno, et non gratulabitur illi.
6. Pullulabit virga in Sceptrum.
7. Repullulabunt seditiones in Populis.
8. Scindetur Virga eius de brachio suo, et exultabunt pauperes in Laetitia.
9. Dicent Divites, nos insensati, et Fatui prudentibus deridebunt.
10. Tunc ascendet in Hesperia Leo, et dividetur Regnum à Regnis.
11. Praevalebit Lusitania Gentibus, et Laeta acquiescet Regi suo.
12. Congratulabuntur illi Reges multi, et divitiis luxuriabit.
13. Repullulabit Sceptrum renovatum, et non auferetur, unquam abeo.”<sup>74</sup>[fl. 18v]

---

<sup>74</sup> 1. Reinará um rei nos anos da sua puberdade, e o Reino ficará viúvo e choroso. 2. Introduzir-se-á a prudência com o rigor, e devastará as Religiões dos que confessam. 3. Então ajuntará um reino a outros reinos, e estando ainda vivo, ferverão os bichos em seu corpo. 4. Virá outro chamado terceiro, e nele ficará muda a prudência do segundo. 5. Triunfará no reino alheio, e ninguém lhe dará os parabéns. 6/7. Levantar-se-á em cetro a sua Vara, e rebentarão umas a por outras as sedições nos Povos. 8.

Também me deu o padre Martin de Escalante, no mesmo ano de 1625, outras profecias; disse-me que corriam por [ser] de São Francisco Xavier, Apóstolo da Índia, para do ano de 1550 em diante, [e] que são as seguintes:

- “1. Regnum datum à Deo, florens, florebit usque in finem suum.
2. Repente ruet, truncatum à Mauritania.
3. Insurget rapiens Leo, et praemet illud unquibus suies.
4. Facile, et horride ocupabit spoliatum. Principes eius parvuli Infantes, propriam virtutem relinquent.
5. Sub duobus alienis, quiescent gentes eius, alter favore, alter tranquillitate, oblivione parent iniuriis.
6. Tertius regnabit. Heu quanta fata volbent!
7. Signa servitutes in Regno. Oppresi Populi existent. Tumultum futurum demonstrat, non intelligent Rex, neque Principes eius.
8. Non exiet à domo Leo, Lupus factus, et si egressus fuerit, exitus infaustus.
9. Aspicient eum Reges terrae, et deridebunt gloriam eius.
10. Flores Coeli reddent unicuiq ; singula singulis. [fl. 19]
11. Ecce iam Princeps pullulos in Regno Magnus vocabitur, et agnosceatur.
12. Iste erit pius, et doctus, et virtus Domini erit cumeo.
13. Externi vocabunt eum in Imperium. Videbit Roma, et Hyerusalem, et redimet à captivitate, et à gente impia.
14. Non destruet Leonem, cum posset immo proteget eum ab Austro, et Aguilone.
15. Sanguis eius iungetur cum sanguine alterius Regnabunt pacificè, et postea morietur Leo.
16. Durabit usque ad tertiam generationem. Et tunc incipiet universalis persecutio Mundi. Si erit finis eius. Soli Deo.”

Isto é, Senhor, o que mais pude juntar das coisas do Reino de Portugal e dos sucessos dos nossos tempos. E se V. E. me replicar

---

Estalar-lhe-á a vara no braço, e os pobres exultarão de Alegria. 9. Dirão os ricos "Como fomos loucos!", e os que eram tidos por fátuos rir-se-ão dos que se julgavam prudentes. 10. Então se levantará na Hesperia um Leão, e o Reino será separado dos reinos. 11. Prevalecerá a Lusitânia às outras gentes, e alegre obedecerá ao seu Rei. 12. Muitos reis lhe darão os parabéns, e abundará muito em riquezas. 13. Tornar-se-á a levantar o cetro renovado, e nunca lhe será tirado. (trad. de BANDARRA, 1809: 38-39).

que, se estas profecias correram tanto em manuscritos como em impressões, há tantos anos, como não se entenderam? Respondo a V. E. com Daniel, no cap. 12, n. 9: "Clausi sunt, signati que sermones, usque ad praefinitum tempus."<sup>75</sup> E por esta consideração, S. Ireneu chamou-as de enigmas: "Prophetias ante quam [fl. 19v] compleantur esse enigmata."<sup>76</sup> E no livro 4.º, o mesmo santo diz: "Vaticinia occulta, saepe non intelliguntur donec completa sunt."<sup>77</sup> E nas humanas letras temos exemplo disto; o Poeta, tratando dos Oráculos e das respostas das Sibilas, diz [na] *Eneida*, 6:

"Horrendas canit ambages, antroque remugit,  
Obscuris vera involvens."<sup>78</sup>

Se V. E. Senhor se desse por servido e merecesse o seu agrado este pequeno trabalho, seria o seu maior prémio. *Vale*<sup>79</sup>. Datum Hispali Xij. Kal. Novembris Anno Dni. 1642. – B.L.M. de V.E. Don Nicolas de Bustillo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Recebido em 05.10.2018  
Aprovado em 14.11.2018

---

<sup>75</sup>"Estas palavras estão fechadas e seladas até ao tempo indicado."

<sup>76</sup>IRENEU DE LYON, *Adv. haeres.*, 4, 26, 1: "Toda profecia, antes do seu cumprimento, não é senão enigma [e ambiguidade para os homens]."

<sup>77</sup>*Ibid.*: "Os vaticínios ocultos, com frequência, não se entendem enquanto não se cumprem."

<sup>78</sup>VIRGÍLIO, *Eneida*, VI, 99-100: "Anuncia enigmas horríveis e ressoa no antro, envolvendo em treva a verdade."

<sup>79</sup>Adeus; passe bem!